

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.149 - MG (2019/0318553-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : CLEUSA RODRIGUES DE SOUSA
ADVOGADOS : PRISCILA CAROLINE DA SILVA - MG148693
CHRISTIANE CALDEIRA DE SOUZA REZENDE -
MG150905
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : SHEILA GLÓRIA SIMÕES MURTA - MG042017

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por **CLEUSA RODRIGUES DE SOUSA**, com base nos arts. 105, II, *b*, da Constituição da República e 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil de 2015, contra acórdão proferido pela 8ª Câmara Cível Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 257e):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA – CONCURSO PÚBLICO – DOCUMENTO PREVISTO EM EDITAL – DIPLOMA – NÃO APRESENTAÇÃO – AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO – SEGURANÇA DENEGADA - *O Mandado de Segurança é a ação civil na qual o requisito principal é a liquidez e certeza do direito invocado, nos termos do artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal. - O Edital SEPLAG/SEE nº. 04/2014, previu no item 15.5.1 que, caso o candidato não esteja na posse do diploma, o documento poderá ser substituído provisoriamente por certidão de conclusão de curso acompanhada de histórico escolar, emitida pela instituição de ensino credenciada - Ausente a apresentação do diploma da impetrante, bem como a certidão de conclusão de curso, documento que poderia substituir provisoriamente o diploma, não resta demonstrada qualquer ilegalidade no ato administrativo que a impediu de tomar posse do cargo visado.*

Nas razões recursais, alega-se, em síntese que fls. 290/300e:

"(...) a Recorrente demonstrou está aprovada nas matrículas finais, que a certidão não foi juntada por culpa da Universidade, vez que o fechamento do calendário letivo da universidade se daria em prazo posterior ao momento de apresentação dos documentos. Além disso, após solicitar a prorrogação de sua posse, foi impedida de realizar novo pedido de prorrogação e por questão de dias sua colação de grau aconteceria, como de fato ocorreu.

Impor a Recorrente um rigor excessivo, mesmo após ela demonstrar que

de fato havia encerrado seu curso e dependia única e exclusivamente da Instituição de Ensino lançar corretamente sua aprovação e conclusão do curso.

(...)

Para não restar nenhum impedimento, restou protocolado ainda a Declaração emitida pela coordenação da Instituição de Ensino, informando que a Recorrente estava aprovada nas disciplinas constantes em aberto no histórico, e a declaração emitida pelo professor e coordenador do curso informando que a disciplina ainda havia sido fechada, porque ainda existiam alunos devendo documentos necessários para o devido fechamento."

Com contrarrazões (fls. 329/334e), subiram os autos a esta Corte.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 349/354e, pela ausência de interesse público a ensejar sua intervenção.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com o art. 34, XVIII, *b*, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, passo ao exame do recurso.

No que tange à controvérsia, o tribunal entendeu pela ausência de ilegalidade no ato administrativo, haja vista ausência de diploma, bem como de certidão de conclusão de curso, nos seguintes termos (fl. 257/263e):

Cabe salientar que o conhecimento e processamento da ação constitucional dependem da existência de provas pré-constituídas, já que a espécie não admite dilação probatória.

Insurge a Impetrante quanto ao indeferimento de sua posse no Cargo de Professora, afirmando que restou evidenciado o cumprimento do requisito intrínseco do edital, ao argumento de que “a ausência de diploma/certidão de conclusão do curso somente não fora concedida por problemas alheios a vontade da Impetrante que aguardava somente o lançamento das notas e fechamento do semestre letivos pela Instituição de Ensino.”.

Analisando detidamente os autos, não se verifica a presença do direito líquido e certo da Impetrante, senão vejamos.

O Edital SEPLAG/SEE nº. 04/2014, de 24 de novembro de 2014 previu no item 15.5.1 que, caso o candidato não esteja na posse do diploma, o documento poderá ser substituído provisoriamente por certidão de conclusão de curso acompanhada de histórico escolar, emitida pela instituição de ensino credenciada:

15.5.1. Caso o candidato ainda não esteja de posse do diploma, este documento poderá ser substituído provisoriamente por certidão de conclusão de curso acompanhada de histórico escolar, emitida pela instituição de ensino credenciada.

Observe-se que no evento de ordem nº 13 a impetrante juntou o histórico escolar, cumprindo o segundo requisito previsto pelo edital.

Contudo, as declarações constantes nos eventos de ordem nº 10/12, não se prestam a comprovar o outro requisito previsto pelo edital, porque em nenhum deles é declarada a conclusão de curso pela impetrante.

ônus de demonstrar seu direito líquido e certo, uma vez que o histórico escolar, por si só, não é apto a comprová-lo.

Uma vez ausente o diploma, bem como a certidão de conclusão de curso, documento que poderia substituir provisoriamente o diploma, entendo que não resta demonstrada qualquer ilegalidade no ato administrativo que impediu a ora impetrante de tomar posse do cargo visado.

Em abono, permito-me citar jurisprudência deste E. Tribunal:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - IPSEMG - MÉDICO - EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO - ANESTESIOLOGIA - DOCUMENTOS PREVISTOS NO EDITAL - DIPLOMA OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - REGISTRO DA ESPECIALIDADE JUNTO AO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - DOCUMENTOS NÃO APRESENTADOS NO ATO DA POSSE - NEGATIVA - CABIMENTO - LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ - NÃO CONFIGURAÇÃO - RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O Edital IPSEMG nº 02/2013 exigiu como requisito essencial para posse a comprovação da efetiva habilitação do candidato na especialidade do cargo, a qual somente é

conferida após o registro do diploma junto ao Conselho Federal de Medicina. 2. Consiste ônus da impetrante a demonstração da liquidez e certeza do direito postulado na inicial. 3. Não viola direito líquido e certo o indeferimento da posse de candidato que deixa de apresentar a documentação necessária em consonância com a exigência de habilitação contida no edital. 4. A litigância de má-fé, medida excepcional, deve ser decretada somente quando houver prova cabal da ocorrência de uma das situações previstas no art. 80 do CPC. 5. Recurso não provido. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.14.219373-9/002, Relator(a): Des.(a) Raimundo Messias Júnior, 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 26/09/2017, publicação da súmula em 06/10/2017 – grifos nossos.)

Inicialmente, é válido assinalar que o entendimento desta Corte é no sentido de considerar válida a apresentação de certidão de conclusão de curso para efeito de comprovação de escolaridade, ainda que o edital confira exclusividade ao diploma para tal finalidade.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR. EXIGÊNCIA ILEGAL DE APRESENTAÇÃO DO DIPLOMA. REQUISITO DO EDITAL PREENCHIDO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. LEI 8.666/1993. IMPERTINÊNCIA TEMÁTICA. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E CLÁUSULAS EDITALÍCIAS. ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. A alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária, segundo as quais, o requisito do cargo para o qual a impetrante obteve aprovação é a conclusão do curso de graduação, e a impetrante comprovou, sem deixar margem a qualquer dúvida, que concluiu o curso necessário ao desempenho do cargo. Comprovou ter concluído todas as disciplinas, estando pendente somente a expedição do Diploma.

(...) Não estando constante no Edital a exigência do diploma, claro é que tal documento não pode ser exigido, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, bem como das cláusulas editalícias do certame, providências vedadas em recurso especial, conforme os óbices previstos nas Súmulas 5 e 7/STJ.

2. O invocado art. 41 da Lei 8.666/1993 não guarda pertinência temática com os fundamentos adotados pelo acórdão recorrido, pois

estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Incide, no ponto, a Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.504.040/AM, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 17/04/2015).

ADMINISTRATIVO - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - PROFESSOR TEMPORÁRIO - CANDIDATA QUE AINDA NÃO HAVIA COLADO GRAU NA DATA PREVISTA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À CONTRATAÇÃO, MUITO EMBORA JÁ TIVESSE CONCLUÍDO O CURSO EXIGIDO NO EDITAL - MERA FORMALIDADE, QUE PODE SER SUPRIDA COM A APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DO CURSO.

1. Mandado de segurança impetrado contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia, em decorrência da não contratação da impetrante após a aprovação em concurso destinado ao provimento de vaga, em regime temporário, de Professor de Séries Iniciais.

2. A apresentação do certificado de conclusão de curso superior constitui meio hábil à comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo almejado.

3. A colação de grau é mero ato burocrático que nada acrescenta à formação do profissional. É, em verdade, a chancela de um ato administrativo cuja substância já está íntegra pela aprovação da aluna nas provas finais de conclusão do curso.

4. Recurso ordinário em mandado de segurança provido.

(RMS 31.862/RO, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 17/08/2010).

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. TÍTULO. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CONCLUSÃO DE CURSO, E NÃO DE DIPLOMA OU CERTIFICADO. CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DO EDITAL. RECURSO PROVIDO.

1. A exigência de apresentação de certificado ou diploma de curso de pós-graduação é válida, mas deve ser interpretada de modo a permitir que o candidato desprovido de tal documento por questão de ordem meramente burocrática, mas que concluiu o curso em tempo hábil,

considerando o prazo estabelecido no edital do concurso público, comprove essa condição por meio de declaração ou atestado e, por conseguinte, obtenha a pontuação correspondente ao título.

2. Recurso ordinário provido.

(RMS 26.377/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 10/09/2009, DJe 13/10/2009).

No caso concreto, todavia, não compõem o acervo probatório nem o certificado de conclusão do curso superior, nem o diploma, mas apenas uma declaração da instituição de ensino emitida nos seguintes termos (fl. 22/23e):

Informo que a estudante Cleusa Rodrigues de Sousa, matriculada no curso de licenciatura em Química na modalidade a distância, número de matrícula 20122305005, finalizou as atividades das disciplinas: EADQUI028 ESTÁGIO SUPERVISIONADO II e EADQUI020 FÍSICO-QUÍMICA II, tendo obtido as seguintes médias e situações finais:

*EADQUI028 ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - 85 pontos - Aprovada
EADQUI020 FÍSICO-QUÍMICA II - 60 pontos - Aprovada*

Verifica-se, portanto, que a pretensão do Recorrente é que a aprovação em disciplinas correlatas às funções do cargo para o qual foi aprovado sejam suficientes para atender às exigências editalícias, o que não se mostra possível.

No mesmo sentido, o seguinte precedente:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PROVA DE TÍTULOS. VALIDADE DA CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO E TEMPESTIVIDADE DE SUA ENTREGA. COMPROVAÇÃO DA CONCLUSÃO DO CURSO EM DATA ANTERIOR ÀQUELA PREVISTA NO EDITAL PARA ENTREGA DOS TÍTULOS. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ.

1. Não é possível conhecer da tese de contrariedade ao princípio da separação dos poderes por ser tal matéria de competência do Pretório Excelso, nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal.

2. A jurisprudência desta Corte vem se firmando no sentido de que é válida a certidão de conclusão do curso ou o diploma para fins de comprovação referente à prova de títulos em concurso público e, na ausência destes documentos, por entrave de ordem burocrática, pode o candidato obter a pontuação correspondente ao título desde que demonstre ter concluído o curso em data anterior àquela prevista no edital para a entrega dos documentos comprobatórios da titulação. Precedentes.

3. No caso dos autos, ficou comprovado que o candidato concluiu o seu curso de mestrado antes da prova de títulos e que apresentou a certidão de conclusão do curso.

4. Aplica-se à espécie o enunciado 83 da Súmula do STJ, verbis: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." Recurso especial não conhecido.

(REsp 1426414/PB, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/02/2014, DJe 24/02/2014, destaque meu).

Com efeito, tendo em vista que o edital de concurso público é a lei de regência da relação jurídica estabelecida entre a Administração e o candidato, a sua inobservância faz com que resta ausente o direito líquido e certo a amparar as pretensões do Recorrente, por ofender o princípio da violação ao instrumento convocatório.

Nessa linha:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. REQUISITOS EXIGIDOS PELO EDITAL NÃO COMPROVADOS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O edital é a lei do concurso, cujas regras vinculam tanto os candidatos quanto a Administração.

2. O Edital 1/07, que instaurou o concurso público para provimento de vagas de Técnico Judiciário - Especialidade Revisor, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, exigia dos candidatos graduação em curso superior de Letras ou Direito.

3. No caso a recorrente, não obstante possua carteira profissional de professora, emitida pelo Ministério da Educação na vigência da revogada Lei 5.692/71, que lhe autoriza lecionar língua inglesa em turmas de 1º e 2º graus, não possui a graduação exigida pelo edital do certame, pelo que não há ilegalidade no ato que a declarou inabilitada para o cargo pretendido.

4. Recurso ordinário não provido.

(RMS 32.927/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 02/02/2011 - destaque meu).

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. ANALISTA JUDICIÁRIO. PROVA DE TÍTULOS. CERTIFICADO DE ESPECIALISTA. FALTA DE DATA DA OBTENÇÃO. REGRA DO EDITAL. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO. PRECEDENTE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão no qual foi

concedida parcialmente a segurança ao pleito mandamental de revisão da apreciação da fase de títulos de concurso público para o tribunal de justiça estadual; o recorrente postula que seja computado diploma de especialista, desprezado porque apresentado em divergência aos ditames do edital.

2. O recorrente alega que teria havido excesso de formalismo por parte da comissão do concurso público, apesar de reconhecer que, de início, o documento havia sido entregue com falha, ou seja, sem demonstrar a data de sua expedição; o edital era bastante claro ao frisar que somente poderiam ser computados os títulos obtidos até data previamente fixada.

3. "A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que o edital é a lei do concurso, cujas regras vinculam tanto a Administração quanto os candidatos" (AgRg no RMS 35.941/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 3.9.2012).

Recurso ordinário improvido.

(RMS 45.530/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/8/2014, DJe 13/8/2014 - destaque meu).

Posto isso, com fundamento no art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 34, XVIII, *b*, do Regimento Interno desta Corte, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Ordinário.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora